

O Papel Civilizador dos Estados Unidos e as Ciências Sociais no Pós-Guerra

Debate ou discussão em teoria social

GT 14 – Hegemonia estadunidense, políticas públicas y sociales y alternativas de desarrollo em America Latina

Luiza Carnicero de Castro

Resumo

O trabalho tem o objetivo de investigar a produção das ciências sociais nos Estados Unidos no pós-guerra como forma de legitimar a hegemonia do país. Ao longo da década de 1950, a disputa por áreas de influência entre União Soviética e Estados Unidos deixou de se concentrar na Europa e passou a se focar nos países subdesenvolvidos. Isso se combinou com a necessidade dos Estados Unidos de obter matérias-primas localizadas na periferia para a sua indústria bélica. A partir de então, a assistência financeira dedicada ao desenvolvimento passou a ocupar um dos principais tópicos da política externa da Casa Branca, algo que foi acompanhado pelo surgimento de copioso aparato acadêmico voltado para o tema.

Palavras-Chave: Teoria da Modernização, Política Externa Estadunidense, Países Subdesenvolvidos

a política externa dos Estados Unidos:

Terminada a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos emergiram para a posição de país mais importante do mundo, rompendo as barreiras talássicas que sempre os protegeram de conflitos com outras nações. Pois, a narrativa predominante sobre a política externa estadunidense costuma argumentar que o país tendeu a se manter isolado dos acontecimentos mundiais. (Crockatt, 1995, p. 18). Afinal, uma nação continental, autossuficiente e constituída justamente por pessoas que haviam fugido do velho mundo aparentemente não teria motivo para se engajar em esforços internacionais, exceto os comerciais e humanitários.

Supõe-se, assim, que a supremacia estadunidense foi algo acidental, uma mera resposta a fatores externos. O país não teria obedecido a um prévio projeto de expansão imperial, mas reagido a contingências que transcorriam fora de suas fronteiras e que ameaçavam a paz e a democracia.

Tal percepção de que os Estados Unidos sejam uma superpotência relutante tem sido, porém, questionada. Alguns autores sustentam que o discurso seja recorrente não por explicar o poder global do país, mas por evitar questionamentos a respeito do mesmo. Tais autores argumentam que ao contrário da narrativa dominante, são justamente os conflitos internos que impulsionam os Estados Unidos para o exterior. Mais especificamente, o país decidiu transpor as suas fronteiras, no intuito de garantir os interesses de suas classes proprietárias – as grandes corporações, as elites financeiras e rurais.

O historiador Charles Beard argumenta que o rápido desenvolvimento industrial no século XIX levou o país a produzir mais bens do que poderia consumir. A exportação do excedente se tornou, assim, uma das prioridades dos Estados Unidos. Beard relata que mesmo nos episódios mais violentos da Guerra Civil, a classe proprietária exerceu forte pressão na administração republicana para expandir o comércio. (Beard, 1942, p. 344-345).

Ainda que se atribua o êxito do desenvolvimento industrial estadunidense ao seu vasto mercado doméstico, (Murphy, 1994, p. 119) é possível dizer que este logo passou a ser visto pelas classes proprietárias como insuficiente. O historiador Walter Lafeber identifica o início desse processo na década de 1850, momento em que a diplomacia moderna de Washington começou a se afigurar. O país, que então já adquirira proporções continentais, veio a privilegiar a busca por mercados para os seus excedentes, ao invés da conquista de novas terras. Entre 1850 e 1873, as exportações alcançaram uma média de 274 milhões de dólares por ano, contra 116 milhões de dólares entre 1838 e 1849.¹

William Appleman Williams igualmente observa que as crises de superprodução e os pânicos financeiros próprios do final do século XIX foram interpretados pelas classes dominantes como decorrentes da falta de mercados. A elaboração de uma política comercial expansionista foi, então, vista como a única solução viável. Dessa forma, foram promulgadas entre 1899 e 1900 as Notas de Porta Aberta por John Hay, Secretário de Estado da administração de William McKinley (1897-1901). A medida partia do pressuposto de que a força econômica dos Estados Unidos permitia ao país competir com as nações mais avançadas industrialmente do mundo, tanto em seus mercados domésticos, bem como em qualquer parte do planeta. Para tanto, os Estados Unidos deveriam ser confrontados a cada ano com excedentes crescentes de bens manufaturados para a venda em mercados estrangeiros. A expansão comercial se tornava, assim, um assunto de Estado. (Williams, 1961, p. 22).

Dessa forma, é possível relativizar a narrativa de que os Estados Unidos procuraram manter-se isolados do mundo.² De acordo com Lafeber, é certo que o domínio da Inglaterra sobre os mares e o conflito de poder dentro da Europa possibilitaram que o país obtivesse o privilégio de não ter que se comprometer com os problemas europeus. Não obstante, os Estados Unidos sempre se envolveram em assuntos externos, como com o comércio internacional de escravos, as revoluções na América Latina e questões coloniais na África e Madagascar. (Lafeber, 1963, p. 175).

i. convencendo o resto do mundo:

O projeto de buscar novos mercados para a produção excedente dos Estados Unidos pressupunha que o país se tornasse uma liderança mundial. Imaginava-se que a Primeira Guerra Mundial fora causada justamente pela falta de disposição de Washington de assumir um papel de comando no cenário internacional, o que teria estimulado os governos estrangeiros a se valer de políticas imperialistas. Dessa forma, entendia-se que a prosperidade do país dependia igualmente da adoção de um papel central nas decisões acerca da economia internacional, garantindo que esta funcionasse na direção desejada. (Rupert, 1990, p. 434; Trubowitz, 1998, p. 107; Williams, 1961, p. 200). A intenção era edificar uma ordem monetária internacional, assentada no livre comércio de bens de consumo. Isso disponibilizaria às classes proprietárias dos Estados Unidos um amplo mercado para os seus excedentes.

Para tanto, foi necessário um conjunto de ideias que legitimasse o papel de liderança mundial que o país almejava desempenhar, instaurando um consenso em torno do livre comércio. A retórica acerca da ordem mundial multilateral assumiu tal incumbência. De acordo com Ruggie, ela compôs o vocabulário, a justificativa e o programa sem os quais a Casa Branca dificilmente teria obtido o consentimento doméstico e internacional para exercer sua liderança. Pois, a ordem mundial multilateral

¹ Bullock, C.J., Tucker, R.S. & Williams, J.H. (1919) The Balance of Trade of the United States. *Review of Economics and Statistics I*, 215-266. In: Lafeber, 1963, p. 1-2.

² É difícil, aliás, defender a tendência ao isolamento dos Estados Unidos quando se tem em conta que em 1803, o país ampliou o seu território do rio Mississipi até as Montanhas Rochosas com a aquisição da Louisiana da França; em 1819, atingiu o Golfo do México com a conquista da Flórida da Espanha; em 1849, alcançou o Pacífico, apropriando-se do território de Oregon da Inglaterra e tomando a Califórnia e o Sudoeste do México na Guerra de 1846-1848. Houve ainda as anexações do Haváí em 1896, bem como das Filipinas, Porto Rico, Guam e outras ilhas do Pacífico, após a Guerra com a Espanha em 1898. (Crockatt, 1995, p. 18).

pressupõe uma universalidade, sendo, assim, compatível com o imaginário formador da coletividade política estadunidense: uma nação aberta para todos. (Ruggie, 1996, p. 25).

Talvez ainda mais significativo, a retórica em torno da ordem multilateral possibilitou à Casa Branca basear sua política externa mais em critérios econômicos do que políticos. (Gardner, 1956, p. 9). É importante observar que o poder executivo estadunidense rejeitou uma abordagem mais enfática de sua busca pela liderança mundial, pois temia que isso gerasse oposição. O historiador John Gaddis explica que não foi por acaso que o Plano Marshall se baseou num programa de assistência econômica. A ideia, segundo o autor, era criar alternativas ao comunismo sem, porém, opor-se diretamente ao mesmo. A estratégia de se valer de instrumentos econômicos para obter efeitos políticos evitaria acusações de que os Estados Unidos estavam interferindo nos assuntos internos de outros países. (Gaddis, 1987, p. 26).

Nesse sentido, Gaddis considera expressivo que o Departamento do Estado tenha descartado a proposta do Conselho Nacional de Segurança do início de 1948 de elaborar uma contraofensiva mundial ao comunismo. De acordo com Willard Thorp, Assistente de Marshall, “Devemos evitar qualquer aparência de atuar como um Estado policial.”³

Os Estados Unidos tiveram, pois, o cuidado de apresentar o seu projeto de dominação mundial em termos estritamente econômicos e humanitários. Jacques Mauduy relata que desde a Proclamação da Independência, o país se preocupou em salientar a herança colonial e a condição de vítima do colonialismo europeu. Washington foi, portanto, suficientemente meticuloso ao afirmar-se como uma antítese do imperialismo. (Mauduy, 2003, p. 11). Algo semelhante é observado por Williams. O autor comenta que o passado revolucionário, bem como a antipatia por posturas imperiais teriam levado os Estados Unidos a rechaçar atitudes agressivas, enquanto ascendia à liderança global. O desafio da diplomacia estadunidense foi, pois, obter os benefícios do império, sem, porém, arcar com os seus custos. (Williams, 1961, p. 43).

iii. o interesse pelos países periféricos:

Durante a Segunda Guerra, os Estados Unidos se empenharam em manter relações cordiais com a América Latina. Foram estabelecidos acordos comerciais com onze países e em fevereiro de 1942, dezoito nações latino-americanas declararam guerra ou tornaram severa a relação com os países do Eixo. Brasil e México enviaram inclusive tropas para a Itália e para as Ilhas do Pacífico respectivamente. Terminado o conflito, porém, os Estados Unidos emergiram como a nação mais poderosa do mundo e os interesses da América Latina passaram a lhes soar secundários. (Rabe, 1988, p. 6-17).

A indiferença pelos países localizados no Sul não perdurou, porém, por muito tempo. Os meandros da Guerra Fria logo reavivaram o interesse dos Estados Unidos pelas nações periféricas, cujo primeiro suspiro talvez tenha sido o discurso de Harry Truman, em 1949 na inauguração do Ponto IV.⁴ O presidente anunciava que a paz mundial nunca poderia ser alcançada enquanto não se aprimorasse o nível de vida das populações das áreas subdesenvolvidas.

Segundo David Baldwin, Truman se dava conta de que o comércio dos Estados Unidos com os países periféricos passava a ser vital para a prosperidade das classes proprietárias estadunidenses. Em 1954, os gastos militares atingiram 13,5% do PIB e os Estados Unidos necessitavam da matéria-prima disponível nas nações subdesenvolvidas para suprir sua indústria bélica. Dessa forma, a Comissão do Presidente para Política de Materiais chegou à conclusão de que se algo não fosse feito para melhorar a

³ “We must avoid any appearance of behaving like a ‘police state.’” Thorp at Marshall, (1948, 7 de Abril), FR: I, p. 558-9. In: Gaddis, 1987, p. 155.

⁴ O Ponto IV foi o primeiro programa de ajuda externa voltado para as economias periféricas, em tempos de paz. Foi extremamente modesto, quando comparado com o montante de recursos que os Estados Unidos iriam disponibilizar nos anos seguintes, correspondendo somente a 1% do que era gasto com ajuda externa na época. (Kapur, Lewis & Webb, 1997, p. 150).

qualidade de vida do resto mundo, o futuro dos Estados Unidos (diga-se, de suas classes empresariais) estaria ameaçado.⁵

Na verdade, a busca por insumos na América Latina, Ásia e África sempre acompanhou a política de expansão comercial do país. Já na administração de Herbert Hoover (1929-1933), o presidente estabeleceu um programa que buscou controlar as principais fontes de matéria-prima ao redor do mundo, no intuito de proteger as operações dos Estados Unidos da concorrência internacional. (Williams, 1961, p. 43).

Na década de 1950, a necessidade de atender às necessidades de insumos das classes proprietárias se combinou com a política de contenção ao comunismo. Com a morte de Stalin, a União Soviética passou a privilegiar a assistência financeira às economias periféricas como técnica de política externa. Ex-colônias resplendeciam como nações autônomas e o comunismo lhes oferecia um modelo alternativo de organização política, econômica e social. No final de 1953, o bloco comunista estabeleceu 113 acordos comerciais; em 1957 esse número subiu para 200. Em 1957, realizou intercâmbio com 19 países subdesenvolvidos, enviando 2300 técnicos e recebendo 2000 estudantes. (Baldwin, 1966, p. 135). Entre 1958 e 1962, tornou-se o maior parceiro comercial do Egito, da Guiné, de Mali e Cuba. (Baldwin, 1966, p. 208).

A partir de então, a questão do desenvolvimento de países pobres passou a significar assunto de segurança nacional.⁶ Centros de pesquisa e departamentos em universidades especializados no assunto foram criados e assim surgiram a teoria do desenvolvimento e a teoria da modernização – a vertente da primeira no âmbito das ciências sociais.⁷

Esses estudiosos concebiam um longo hiato entre os países subdesenvolvidos e a sequiosa modernidade. Não se tratava apenas de desbravar uma série de recursos produtivos, que levassem ao crescimento econômico, mas de transformar toda a sociedade, inclusive o seu modo de pensar, sentir e agir. O progresso era retido, pela perspectiva desses intelectuais, por concepções de mundo baseadas em religiões, lendas, tradições e superstições, avessas à lógica da acumulação. Somente com a superação dessas formas de compreender a realidade que o progresso poderia ocorrer.

Dessa forma, a teoria da modernização partia do pressuposto de que haveria apenas um caminho em direção ao desenvolvimento – o que fora percorrido pelas nações ocidentais. Nils Gilman relata que esses pensadores compreendiam a história como um processo inexorável rumo à modernidade. O presente da Ásia e África era, assim, comparado com o passado europeu. Qual a antropologia evolucionista, a teoria da modernização lidava com categorias temporais como se fossem categorias geográficas. Da mesma forma que a Idade Média ficou conhecida como a “Era das Trevas”, a abordagem convencionou tratar a periferia como o “Continente das Trevas”. (Gilman, 2003, p. 27).

O período era de grande prosperidade para os países industrializados, que desfrutavam das altas taxas de crescimento dos 25 anos gloriosos. Era, pois, razoável impor às nações pobres severas sanções, quando se tinha tamanho fulgor para lhes oferecer em troca.

A produção de conhecimento em torno do que se convencionou chamar de “povos atrasados” foi, portanto, menos uma leitura das sociedades que esses pesquisadores tinham como objeto, do que da própria realidade que os circundava. Reginaldo Moraes observa que a imagem que se faz “deles” está

⁵ PRESIDENT’S MATERIAL POLICY COMMISSION, (1952) *Resources of Freedom. 5 vols.* Washington: U.S. Government Printing Office. 1952. p. 3. In: Baldwin, 1966, p. 75.

⁶ Em 1956, o Secretário do Estado John Foster Dulles declarou: “Estamos num contexto de desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos que é extremamente competitivo. Derrota nesse contexto pode ser tão desastroso quanto na corrida armamentista.” (“We are in a context in the Field of economic development of underdeveloped countries which is bitterly competitive. Defeat in this contest could be as disastrous as defeat in an armament race”). Dulles, J. F., (1956, 12 de Janeiro) *New York Times*. p. 19. In: Baldwin, 1966, p. 119.

⁷ O que ficou conhecido como Teoria do Desenvolvimento teve, contudo, várias gradações. Na América Latina, o seu eco materializou-se na CEPAL, criada em 25 de fevereiro de 1948, a primeira corrente sobre o tema que emanou das nações subdesenvolvidas. Dez mais tarde, surgia a teoria da dependência que criticava o imperialismo e entendia a teoria do desenvolvimento produzida nos países ricos como uma expressão do mesmo. (Bustelo, 1998.)

embasada pelo que pensamos de “nós”. Uma consequência disso é que a teoria da modernização não leva em consideração os aspectos políticos que alicerçam as desigualdades entre as nações. (Moraes, 2006, p. 102). Os discursos decorrentes dessa produção científica reforçam, pois, construções ideológicas que remontam ao Iluminismo a respeito da superioridade racial e cultural ocidental. Gilman, inclusive, aponta a teoria da modernização como herdeira direta das cruzadas, ao pregar a razão, o empirismo, a ciência, o progresso, o individualismo, o secularismo e a uniformidade da natureza humana. (Gilman, 2003, p. 28).

iv. a ligação entre a teoria da modernização e a política externa estadunidense:

A necessidade da Casa Branca de obter informações sobre as áreas nas quais pretendia exercer influência chamou a atenção de vários cientistas sociais das instituições de pesquisa fixadas nos Estados Unidos. Nils Gilman relata que muitos estudiosos se deram conta das oportunidades de obter investimentos públicos ao perseguir projetos que “interessassem” os objetivos da política externa de Washington. (Gilman, 2003, p. 45).

Não obstante, se as ciências naturais apresentavam uma utilidade óbvia para a indústria bélica estadunidense, não é possível dizer o mesmo em relação às ciências sociais. No intuito de convencer o Congresso a aprovar fundos, os estudiosos da teoria da modernização passaram a adotar métodos e linguagens próprios das ciências naturais, sob o argumento de que haveria apenas uma diferença de grau entre as duas abordagens. (Feres Jr, 2000, p. 103). Walt Whitman Rostow, um dos principais nomes da teoria da modernização, supunha que ao elaborar políticas eficazes para os Estados Unidos atuarem nas nações subdesenvolvidas, os cientistas sociais adquiriam uma função tão importante quanto a dos físicos na corrida armamentista. (Gilman, 2003, p. 159). É razoável, assim, dizer que os estudiosos ora em análise intentaram instrumentalizar a produção científica, transformando-a numa espécie de “engenharia política”. A teoria da modernização pode, portanto, ser considerada um projeto político, que ambicionava intervir no que ficou conhecido como Terceiro Mundo e, mais importante, reformá-lo. (Moraes, 2006, p. 133).

Não causa, assim, surpresa que muitos críticos da abordagem enfatizem o seu caráter anti-comunista. Gilman sustenta que a teoria da modernização dificilmente poderia ser compreendida fora do contexto da Guerra Fria. Segundo o autor, em nenhum lugar isso foi mais verdadeiro do que no Centro de Estudos Internacionais do MIT (Instituto Tecnológico de Massachusetts), que se tornou uma das principais referências no tema. O Centro se originou de uma proposta feita pelo Departamento do Estado ao MIT de produzir um estudo para obter informações sobre a Rússia. Esta havia logrado intervir num dos principais canais internacionais dos Estados Unidos de propaganda política na primavera de 1950. Ao aceitar o convite, o MIT alocou um grupo interdisciplinar de estudiosos e criou o projeto secreto Troia, em alusão à clássica intervenção de tropas nas linhas inimigas da mitologia grega.

Em janeiro de 1952, o Centro foi criado e para dirigi-lo foi chamado Max Millikan, um dos principais participantes do projeto Troia e ex-diretor assistente da CIA. Foi Millikan quem recrutou três dos mais célebres estudiosos da teoria da modernização – Lucie Pye, Paul Rosenstein-Rodan e Walt Whitman Rostow. Millikan conhecera o último enquanto aluno de graduação de Yale, num seminário em 1934 sobre mercado negro, dirigido por Richard Bissel, que eventualmente se destacaria na operação Baía dos Porcos. (Gilman, 2003, p. 156-160).

A primeira iniciativa do Centro ocorreu em maio de 1954 num encontro na Universidade de Princeton, em Nova Jersey, para o qual Millikan e Rostow foram convidados. Lá os dois pesquisadores foram requisitados para escrever um relatório sobre como promover o crescimento econômico e a estabilidade política de países subdesenvolvidos com programas de ajuda financeira. Um primeiro manuscrito circulou dois meses depois entre acadêmicos e políticos, inclusive congressistas. Em 1957, o texto faria

parte das audições do Congresso, sob o título de “Objetivos dos Programas de Assistência Econômica dos Estados Unidos.”⁸

Gilman relata que no intuito de aplacar a resistência de congressistas conservadores (geralmente refratários à ideia de ajuda externa) Rostow e Millikan sustentaram que o crescimento econômico satisfaria desejos básicos dos povos de áreas subdesenvolvidas, diminuindo a tendência destes de aderir ao comunismo. O êxito em liquidar as operações de guerrilha e subversão, comentava Rostow, dependia diretamente da saúde econômica, política e social das economias ainda não industrializadas. De acordo com ele, os Estados Unidos e os seus aliados tinham o dever de eliminar e prevenir as circunstâncias sob as quais a subversão poderia ser desencadeada.⁹

Em 1957, o relatório foi publicado pelo Centro, sob o título de “Uma Proposta: A Chave para uma Política Externa Eficiente”. O livro, segundo Gilman, ainda não podia ser tido como a primeira obra eminente da teoria da modernização, embora revelasse o amadurecimento de ideias caras à abordagem. A concepção de que o desenvolvimento seria um processo unilinear aparece pela primeira vez num estudo do Centro. Dessa forma, os estudiosos sustentavam que o programa de ajuda externa transformaria as nações ainda não desenvolvidas em sociedades democráticas, estáveis, eficientes, repletas de fábricas e baseadas em relações não tradicionais.¹⁰

Gilman constata, assim, que seria somente em 1960 que a teoria da modernização, produzida pelo Centro de Estudos Internacionais, atingiria sua plena maturidade, em estudo realizado para o Senado – “Mudança Econômica, Social e Política nos Países Subdesenvolvidos”.¹¹ Neste, as categorias de sociedades tradicionais e modernas são abordadas explicitamente, sendo as primeiras definidas como organizações sociais com limitada capacidade tecnológica, preponderância de empregos na agricultura, ausência de classes médias que desafiem elites rurais, falta de adaptação da força de trabalho e sobrevalorização das relações pessoais. O estudo concluía, assim, que a principal transformação necessária para as ditas sociedades atrasadas seria psicológica. Para esses pesquisadores, tornar-se moderno significava adotar uma ideia instrumental da natureza e entendê-la como uma reserva de recursos prontos a ser explorados. Supunham, portanto, que hábitos considerados tradicionais eram obstáculos ao desenvolvimento. (Gilman, 2003, p. 23).

É igualmente se pautando pelos fatores extra-econômicos do desenvolvimento que Rostow elaborou uma das obras mais célebres da teoria da modernização – “Os Estágios do Crescimento Econômico”. O pensador sistematizou cinco etapas até a plena consolidação da modernidade: 1. A sociedade tradicional; 2. As condições para a decolagem; 3. A decolagem; 4. A marcha para a maturidade; 5. A era do consumo de massa.

As sociedades tradicionais, segundo o pensador, teriam um limite no volume da produção per capita devido às potencialidades inerentes à ciência e tecnologia ainda estarem indisponíveis. Consequentemente, a atividade econômica dessas áreas estaria ancorada na agricultura, da qual emanaria uma estrutura social hierarquizada. O poder político se concentraria, pois, nas mãos dos que tinham posse ou controle da terra. Todo o mundo pré-Newtoniano, sustenta Rostow, poderia ser assim classificado: dinastias da China, civilizações do Oriente Médio e Mediterrâneo e Europa Medieval,

⁸ Centre for International Studies, [CIS] (1957, Janeiro) Objectives of United States Economic Assistance Programs, Um estudo para o Comitê Especial do Senado, preparado por: Blackmer, D., Cross, J. E., Ekchaus, R., Hagen, E. E., Kindleberger, C., Millikan, M., Pye, L. W., Rosenstein-Rodan, P. N. & Rostow, W. W. p. 5, In: Gilman, 2003, p. 176.

⁹ Hatch, R. & Rostow, W. W. (1955) *An American Policy in Asia*, New York: Technology Press of Massachusetts Institute of Technology & Wiley, p. 42, In: Gilman, 2003, p. 177.

¹⁰ Millikan, M. & Rostow, W. W. (1957) *A Proposal: Key to an Effective Foreign Policy*. New York: Harper and Brothers, in: Gilman, 2003, p. 177.

¹¹ CIS (1960, Março de) Economic, Social and Political Change in the Underdeveloped Countries and Its Implications for United States Policy. Um estudo para o Comitê Especial do Senado em Relações Internacionais, preparado por Bator, F., Blackmer, D., Ekchaus, R., Hagen, E. E., Lerner, D., Millikan, M., Pool, I. S., Pye, L. W., Rosenstein-Rodan, P. N. & Rostow, W. W. In: Gilman, 2003, 180.

bem como todas as sociedades que se mantiveram indiferentes à capacidade do ser humano de intervir na natureza para o proveito econômico.

As pré-condições para a decolagem ocorreriam a partir do momento em que as concepções da ciência moderna passassem a ser empregadas na produção, num ambiente dinamizado pela expansão dos mercados mundiais e a concorrência internacional. Na história moderna, esse estágio teria sido geralmente observado como consequência da intromissão externa por sociedades tidas como mais adiantadas. Tais invasões teriam abalado as sociedades tradicionais e acelerado o desmoronamento das mesmas.

A decolagem seria frequentemente produto da acumulação do capital fixo e de um surto de evolução tecnológica tanto na agricultura, quanto na indústria. Rostow igualmente considera salutar o acesso ao poder de um grupo político comprometido com o projeto de modernização, capaz de derrubar as antigas resistências ao desenvolvimento. A partir de então, as forças que atuam em nome do progresso econômico se dilatariam, logrando dominar a sociedade.

A marcha para a maturidade seria um intervalo de progresso continuado durante o qual a tecnologia se estenderia por toda a atividade econômica até atingir a era do consumo em massa. Rostow explica que isso ocorreria quando a renda real per capita alcançasse o ponto em que as pessoas, enquanto consumidoras, conseguissem ultrapassar as necessidades mínimas de alimentação, vestuário e habitação. Haveria, igualmente, aumento da produção da população urbana, de trabalhadores em escritórios e de operários especializados. Finalmente, a principal atividade econômica seria a produção de artigos de consumo duráveis e serviços em massa. (Rostow, 1978, p. 17-24).

Como Gilman bem observa, as categorias de “tradição” e “modernidade” se tornaram os principais conceitos pelos quais as ciências sociais entenderam o processo de desenvolvimento. (Gilman, 2003, p. 193). Reginaldo Moraes considera que os três estágios intermediários de Rostow formam uma transição entre dois extremos: a velha e a nova ordem. Conceitua-se, pois, um modelo de sociedade, a partir do qual são traçados os caminhos necessários para atingi-lo. As sociedades tradicionais são, assim, identificadas pelo que não têm, ao serem comparadas com as modernas. As consequências disso são que as assimetrias entre economias centrais e periféricas são tratadas como se fossem naturais. (Moraes, 2006, p. 87-88).

Michael Latham astutamente comenta que a abordagem teórica teve, assim, êxito em articular um conjunto de conceitos e pressupostos sobre a natureza da sociedade estadunidense e a capacidade desta de transformar o globo. (Latham, 2000, p. 5). Afinal, o país optara por não manifestar de forma explícita o seu projeto de dominação mundial. Os dados articulados por esses centros de pesquisa ofereciam recursos que justificavam a interferência da Casa Branca nas economias periféricas, sem manifestar os interesses de política externa de Washington.

Os objetivos da teoria da modernização foram, portanto, muito mais ousados do que os de construir uma leitura sobre as sociedades além das fronteiras ocidentais. Assim como o imperialismo do século XIX foi justificado como uma maneira de exportar a civilização europeia, a abordagem articulou um discurso, com validade científica, que legitimava a dominação estadunidense. Os pesquisadores ora em análise perseguiram, pois, objetivos sócio-políticos bem específicos como se fossem verdades científicas. Gilman observa que ao se valerem de métodos próprios às ciências naturais, lidando com a pesquisa científica como se fosse isenta de valores, os teóricos da modernização conseguiram evitar as questões éticas envolvidas no trabalho que executaram. (Gilman, 2003, p. 160);

Não causa, assim, surpresa que o livro publicado pelo Centro de Estudos Internacionais “A Proposta: A Chave para uma Política Externa Eficiente” tenha considerado importante que os países recipientes se engajassem na ampliação do comércio mundial e da divisão internacional do trabalho. (Gilman, 2003, p. 71). Tampouco é de se estranhar o fato de Rostow ter ocupado o cargo de consultor de segurança nacional na administração de Lyndon Johnson (1963-1969). Da mesma forma que a teoria da modernização foi mais uma abstração sobre o ocidente do que o Terceiro Mundo, as políticas de ajuda financeira foram um programa ocupado mais com os interesses de classes situadas nos Estados Unidos

do que dos povos do além-mar. Como Moraes bem observa, a teoria da modernização foi uma missão do homem branco e ocidental. (Moraes, 2006, p. 100).

Bibliografia:

- Bacevich, A. J. (2002) *American Empire: The Realities and Consequences of U.S. Diplomacy*. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press.
- Baldwin, D. (1966) *Economic Development and American Foreign Policy. 1943-1962*. Chicago & London: The University IF Chicago Press.
- Beard, C. A. (1942) *The Rise of American Civilization*. New York: MacMillan Company.
- Bustelo, P. (1988) *Teorías Contemporâneas Del Desarrollo Económico*. Madrid: Sintesis.
- Crockatt, R. (1995) *The 50 Years War: The United States and the Soviet Union in World Politics*. London & New York: Routldge.
- Feres Jr, J. (2000) Aprendendo com os Erros dos Outros: O que a História da Ciência Política Americana tem para nos Contar. *Revista de Sociologia e Política*. 15. 97-110.
- Gaddis, J.L. (1987) *The Long Peace: Inquiries into the History of the Cold War*. New York, Oxford: Oxford University Press.
- Gardner, R.N. (1956) *Sterling-Dollar Diplomacy: Anglo-American Collaboration in the Reconstruction of Multilateral Trade*. Oxford: Clarendon Press.
- Gilman, N. (2003) *Mandarins of the Future: Modernizaion Theory in Cold War America*. Baltimore: The Jonh Hopkins University Press.
- Kapur, D., Lewis, J & Webb, R. (1997) *The World Bank: Its First Half Century, Volume I*. Washington: The Brooking Institution.
- Lafeber, W. (1963) *The New Empire: An Interpretation of American Expansion. 1860-1898*. Ithaca, New York: Cornell University Press.
- Latham, M. (2000) *Modernizing as Ideology: American Social Science and Nation Building in the Kennedy Era*. North Carolina Press.
- Mauduy, J. (2003) *Économie et Société aux Etats-Unis depuis 1945*. (2^a Ed). Paris : Ellipses.
- Moraes, R. C. C. (2006) *Estado, Desenvolvimento e Globalização*. São Paulo: Editora UNESP.
- Murphy, C. (1994) *International Organization and Industrial Change: Global Governance since 1850*. Cambridge: Polity Press.
- Rabe, S.G. (1988) *Eisenhower and Latin America. The Foreign Policy of Anticommunism*. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press.
- Rostow, W. W. (1978) *Etapas do Desenvolvimento Econômico. Um Manifesto Não Comunista* (O. P. Velho & S. G. Paula, Trads) (6^a Ed). Rio de Janeiro: Zahar.
- Ruggie, J.G. (1996) *Winning the Peace: American and World Order in the New Era*. New York: Columbia University Press.
- Rupert, M. E. (1990) Producing Hegemony. State Society Relations and the Politics of Productivity in the United States. *International Studies Quarterly*, 34/ 4, 427-456.
- Trubowitz, P. (1998). *Defining the National Interest: Conflict and Change in American Foreign Policy*.

Chicago: The University of Chicago Press.

Williams, W. A. (1961) *The Tragedy of American Diplomacy*. New York: dell Publishing Co.